

# Regressividade da CPMF desmistificada

## Gazeta Mercantil

Marcos Cintra – 11/10/2007

Estudo revela que o ônus fica em 1,3% para qualquer faixa de rendimento

Conicionados por idéias preconcebidas, muitos economistas e tributaristas repetem que os impostos indiretos, em geral, e a CPMF, em particular, são regressivos. Em função disso, afirmam que eles são perversos e injustos porque oneram mais os pobres.

Um trabalho produzido pelos pesquisadores Nelson Leitão Paes e Mirta Noemi Sataka Bugarin revela que a alegação da regressividade dos impostos indiretos e da CPMF precisa ser revista. Os autores mostram no estudo “Parâmetros Tributários da Economia Brasileira”, publicado na Revista de Estudos Econômicos – FEA/USP (out-dez/ 2006), que prevalece a proporcionalidade, e, portanto, não há regressividade.

O trabalho compreende 10 faixas de renda mensal familiar, obtida usando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003 do IBGE, e para cada uma delas é calculada a carga tributária de alguns tributos indiretos e o ônus total sobre o consumo. A tabela abaixo, extraída na íntegra da publicação citada, mostra de modo resumido a conclusão do estudo.

TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO POR FAMÍLIA										
Faixas de renda familiar em salários mínimos (Em %)										
Tributo	Até 2	2 a 3	De 2 a 3	De 3 a 5	De 5 a 6	De 8 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	De 20 a 30	Acima de 30
ISS	0,41	0,46	0,56	0,67	0,77	0,87	0,97	1,10	1,25	1,47
ICMS	13,25	13,34	13,45	13,44	13,54	13,57	13,38	13,37	12,96	12,06
IPI	2,14	2,15	2,21	2,34	2,32	2,39	2,44	2,48	2,30	2,48
PIS/Cofins	7,18	7,10	7,10	7,18	7,23	7,29	7,42	7,53	7,51	7,71
CPMF	1,31	1,31	1,32	1,32	1,31	1,31	1,32	1,33	1,33	1,32
Fixo	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65
Tributação sobre o consumo	27,94	28,01	28,29	28,59	28,83	29,08	29,18	29,46	29,00	28,69

Vale destacar os seguintes dados dessa tabela: o ISS, um tributo cumulativo, se mostrou o mais progressivo, e o ICMS, um imposto sobre o valor agregado, se revelou praticamente proporcional.

No tocante à tributação sobre o consumo, o trabalho revela que não há regressividade. Mesmo com a diferenciação na cesta de consumo das famílias das alíquotas nominais de tributos como ICMS e IPI, a variação na carga final praticamente não existe. Ela gira na casa de 28%, seja para uma família com renda até dois salários mínimos ou uma que recebe mais de 30 salários mínimos.

Quanto à CPMF, o ônus fica na casa de 1,3% do orçamento familiar para qualquer faixa de rendimento. É um tributo que se revela proporcional, o mais harmonioso dos impostos brasileiros.

Ainda sobre a CPMF, vale lembrar o artigo que a então deputada federal Maria da Conceição Tavares publicou na Folha de S.Paulo em 24/9/95 (Imposto sobre circulação financeira), ocasião em que ela descreveu as conclusões de uma simulação que reproduz a distribuição da carga tributária sobre diversas faixas de renda. Conforme afirmou, o IPMF (atual CPMF) onera os mais ricos.

Outra avaliação da suposta regressividade da CPMF foi elaborada por mim, utilizando quatro níveis selecionados

de renda mensal da POF 2002/2003 do IBGE. Em cada um deles apliquei a carga direta e indireta da CPMF (calculada através do modelo de Leontieff, com base na matriz interindustrial do IBGE), e o resultado foi que a alegada regressividade é desprezível, devendo mais corretamente ser classificada como proporcional. Na menor faixa de rendimento (R\$ 454,69), o ônus representa 1,64% do orçamento familiar; na segunda (R\$ 1.215,33), 1,58%; na terceira (R\$ 2.450,05), 1,51 %; e na quarta (R\$ 8J21,92), 1,41%.

Este artigo não tem a intenção de defender a CPMF ou a tributação sobre o consumo. Ele busca apenas mostrar que é preciso desmistificar determinados conceitos cuja aceitação sem críticas dificulta a discussão racional de um tema fundamental para o País que é a reforma tributária.

---

Professor titular e vice-presidente da Fundação Getulio Vargas. Próximo artigo do autor em 8 de novembro.